

# Intelectuais, literatura e imprensa no pós-golpe

Intellectuals, literature and press in post-coup period

Rodrigo Czajka<sup>1</sup>

rodrigo.czajka@marilia.unesp.br

---

**Resumo:** A cultura e as artes sofreram os impactos diretos do golpe militar sobre suas produções, a partir de 1964. Apesar da repressão e da censura, a atividade de intelectuais e artistas no pré-1964 não foi interrompida ou estagnada, mas assumiu força ainda maior em virtude da presença do controle e do cerceamento dos órgãos de repressão frente à liberdade de criação e de pensamento. Como em muitos setores da produção cultural, a literatura assumiu um papel fortemente combativo das arbitrariedades do regime e se destacou ao colocar em pauta “projetos de resistência” a partir de elementos-chave de representação, tal como transcorreu na elaboração e circulação das obras *Pessach: a travessia*, de autoria do jornalista Carlos Heitor Cony, e *Quarup*, de autoria do jornalista Antonio Callado. Os dois romances propiciaram um amplo debate sobre a forma narrativa e os alcances do engajamento na literatura da década de 1960, a exemplo dos embates entre Paulo Francis e Ferreira Gullar, nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*, que serão tematizados neste artigo.

**Palavras-chave:** literatura, imprensa, intelectuais, ditadura militar, engajamento, esquerdas.

**Abstract:** Culture and the arts in Brazil were impacted directly by the military coup from 1964 onwards. In spite of repression and censorship, the activity of intellectuals and artists in the pre-1964 period was not interrupted nor became stagnant, but gained even greater force due to the presence of control and restrictions by the institutions of repression over against the freedom of creation and thought. As in many sectors of cultural production, literature played a vigorously combative role against the arbitrariness of the regime and implemented “projects of resistance” on the basis of key elements of representation. This occurred, for instance, through the writing and circulation of works such as *Pessach: a travessia*, by journalist Carlos Heitor Cony, and *Quarup*, by journalist Antonio Callado. The two novels enabled a broad debate on the narrative form and the scope of involvement in the literature of the 1960s, such as the confrontation between Paulo Francis and Ferreira Gullar in the pages of *Revista Civilização Brasileira*, which is the focus of this article.

**Keywords:** literature, press, intellectuals, military dictatorship, involvement, left.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP/Marília.

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) assumiu e ainda tem assumido relevante importância nos estudos acadêmicos e científicos na área das ciências sociais. Especialmente hoje, a chamada Comissão Nacional da Verdade (CNV), que visa recolocar em pauta a questão da repressão (censura, tortura e desaparecimento de “inimigos do Estado”), o tema ganha força e novas abordagens em decorrência da gradual abertura dos arquivos da ditadura. Da mesma forma, revela a necessidade da sociedade brasileira em revisitar seu passado recente e recompor os itinerários, as forças de oposição, os modelos de resistência e os atores que se fizeram presentes, em maior ou menor grau, na luta pela redemocratização do país.

No que concerne à produção cultural daquele período, muitas foram as iniciativas de resistência e de articulação da chamada “hegemonia cultural de esquerda” (Schwarz, 1978, p. 61-92). Exemplo disso foram as editoras sediadas, sobretudo, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que constituíram linhas editoriais voltadas para a formação de um debate público sobre os rumos da vida nacional. Entre tais editoras, a Civilização Brasileira, no seu ciclo de produção mais intenso (de 1965 a 1968), viveu uma série de conflitos que passaram do processo de acolhimento dos intelectuais dispersos tanto pela repressão militar pós-1964 quanto pela onda de choque das revisões pelas quais passaram as esquerdas em toda a década de 1960<sup>2</sup>. E, no interior desse processo de acolhimento, outras questões emergiram como centrais na configuração dos debates entre as diversas *formações culturais* de esquerda, como também possibilitaram a concretização de um temário dessas formações no ambiente de mercado (Czajka, 2010, p. 95-117). Noutras palavras, a representação e a visibilidade dos “grupos” de intelectuais – aqui representados, na complexidade e heterogeneidade de suas opiniões, convicções e projetos, pelo conceito de *formação cultural* – estiveram vinculadas a um caráter ambivalente<sup>3</sup>. Os intelectuais, para concretizarem um projeto coletivo e superarem a individualidade inerente ao seu trabalho, tiveram de propor – e muitas foram as tentativas – formas de articulação que, por sua vez, consolidaram-se no âmbito da cultura no momento em que esta adquiria feições industriais e mercadológicas, em meados da década de 1960 (Ortiz, 1988, p. 113-181).

Ou seja, engajamento, resistência cultural, terrorismo cultural, hegemonia cultural de esquerda, entre outras categorias correlatas, emergiram no espaço público

de debates na medida em que foram se tornando visíveis a um público atento a este vocabulário ensaiado entre as *formações culturais*, em especial, as de esquerda. E no caso de uma editora ou de uma revista cultural – como foi a *Revista Civilização Brasileira* e inúmeras outras que surgiram e fortaleceram uma linguagem de resistência a partir da circulação intensa de material (produto) de formação política e ideológica (Czajka, 2010, p. 95-117) –, o aspecto comercial é ainda mais evidente. Quanto à editora Civilização Brasileira, mais que simplesmente uma editora de resistência ou de oposição, foi uma empresa que se equiparou a outras que atuavam no ramo, apenas se dedicando à preservação de uma identidade que, entre outros fatores, era comercial. Ao se apropriar dos símbolos da resistência, Ênio Silveira (editor e proprietário dessa editora) fez uma aposta ao torná-los também uma identidade reconhecível nas prateleiras do comércio de livros.

Não há, evidentemente, uma desqualificação da atividade do editor e da editora em patrocinar um vocabulário e um ideário de esquerda, tendo como suporte o livro na sua forma mercadoria. Até porque, além dos títulos que tornaram a editora célebre por fazer resistência cultural ao regime militar, obras de caráter estritamente comercial eram editadas e publicadas paralelamente, atendendo às demandas de um mercado de entretenimento que não requiritava *sine qua non* o engajamento político do seu leitor.

Desse modo, é contraproducente considerar as resistências culturais inventadas no curso das produções culturais e, especificamente, na produção editorial em emergência a partir de década de 1960 fora do contexto de circulação dessas ideias de resistência, a saber, o mercado. O que se constata é que o processo de constituição do mercado consumidor de cultura, por sua vez, também reduziu essas distâncias entre os próprios intelectuais e seus públicos. E no caso da editora Civilização Brasileira, assim como das editoras em geral,

*configuram na história da vida intelectual do Brasil da segunda metade do século XX, uma espécie de instituição-síntese, uma vez que, por um lado, estão assentadas sobre o nível de evolução técnica do setor de produção cultural e, por outro lado, refletem as condições do público consumidor de cultura, talvez de maneira mais evidente do que aquelas instituições de alguma forma vinculadas ao Estado (Vieira, 1998, p. 128).*

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto, consultar: Ridenti (2000) e Napolitano (2011).

<sup>3</sup> Segundo Raymond Williams, “nenhum relato completo sobre uma formação pode ser feito sem atentar para as diferenças individuais em seu interior. Pode-se observar que formações dos tipos mais modernos ocorrem, tipicamente, em pontos de transição e intersecção no interior de uma história social e complexa, mas os indivíduos que ao mesmo tempo constroem as formações e por ela são construídos têm uma série bastante complexa de posições, interesses, influências diferentes, alguns dos quais são resolvidos pelas formações (ainda que, por vezes, apenas temporariamente) e outros que permanecem como diferenças. Internas, como tensões e, muitas vezes, como fundamentos para divergências e rupturas subsequentes, e para ulteriores tentativas de novas formações” (Williams, 1992, p. 85).

Ênio Silveira, com sólida formação adquirida no ramo editorial, não somente tinha habilidades como livreiro, mas também como gerenciador de seus negócios. Desde o momento em que decidiu investir no negócio, o fez de maneira agressiva tanto no aspecto do produto como da produção. Ou seja, trabalhou com hipóteses de mercado, com análise de custos, retorno da produção, além do investimento significativo em publicidade. Em suma, a Civilização Brasileira constituiu-se em uma referência no mercado editorial também devido às formas de sua inserção no processo de emergência da indústria cultural no Brasil, e essa inserção se caracteriza pela visão de um editor ousado que soube investir e lidar com o leque de opções de que então dispunha para a edição e comercialização das obras (in Hallewell, 1985, p. 431-514). Como escreve Luiz Renato Vieira,

*ao constituir um espaço para a divulgação de obras e autores, a editora Civilização Brasileira participa ativamente nas disputas do campo intelectual. Trabalhando dentro de um campo semântico já estabelecido, em linhas gerais, a editora contribui, particularmente em iniciativas como a RCB, para legitimar autores e obras enquadrados em sua perspectiva política (Vieira, 1998, p. 149).*

Tal legitimação vai ao encontro da hipótese de que a articulação dos intelectuais no âmbito da cultura foi favorecida pelas disputas entre eles, tornadas visíveis pelas publicações coordenadas por Ênio Silveira e postas em circulação pela editora Civilização Brasileira. O próprio editor sempre frisou esse importante papel da editora de trazer a público traduções da literatura estrangeira, bem como apresentar novos autores nacionais que pudessem contribuir de alguma maneira com o cenário cultural brasileiro.

A construção da visibilidade individual do intelectual, sobretudo no que tange ao aspecto da produção editorial, passava pela necessária inserção de sua obra e de seu trabalho no processo de circulação de mercadorias no espaço de consumo, que se caracterizava nas “estantes repletas de marxismo”, como afirmou Roberto Schwarz (1978, p. 61-92). Este processo, por sua vez, também implicava a construção de um olhar para a relevância dessas obras e temática, e não outras – construção que ficava também a cargo dos instrumentos de publicidade que destacavam determinadas obras e autores em detrimento de outros.

É, pois, essa conjunção de fatores inerentes à produção de livros e revistas culturais que, por exemplo, permite-me compreender os casos de Carlos Heitor Cony (já considerado anteriormente) e Antonio Callado e a publicação de suas respectivas obras no ano de 1967:

*Pessach, a travessia e Quarup.* As duas obras são significativas, como já detalhou Renato Franco (1998), sobretudo na forma como ambas conceberam e narraram as crises da forma-romance e das identidades de seus protagonistas: Paulo Simões, no romance *Pessach: a travessia*, e padre Nando, no romance *Quarup*. No caso de padre Nando, depois de uma série de ritos preparatórios e de iniciação, o personagem é conduzido à construção da figura de Levindo, guerrilheiro que, juntamente com Manoel Tropeiro, parte para o interior do Brasil com a intenção de promover uma revolução de cunho popular – clara menção aos intentos das Ligas Camponesas de Francisco Julião, no interior de Pernambuco.

No caso de Paulo Simões, este se encontrava no oposto de padre Nando. Enquanto este vive o enredo quase que absolutamente no universo rural, Simões é a representação típica do intelectual pequeno-burguês urbano, escritor; preocupado com a sua posição no grupo literário, remói dilemas individuais que apenas são resolvidos quando ele, nos moldes de padre Nando, decide engajar-se na ação revolucionária de pegar em armas contra a ditadura. Como descreve Franco,

*esses dois romances parecem manter estreita afinidade com a atmosfera cultural e política do período e, dessa maneira, com obras não literárias, como o filme Terra em Transe, de Glauber Rocha, também de 1967. Em comum, além da questão do engajamento e da narração da origem da luta armada, um certo modo de se conceber a vida cultural como não mais provável diante tanto da modernização da própria produção cultural quanto das imposições repressivas adotadas pelos militares. O engajamento, nesses casos, apresenta alguma dose de ambiguidade: por um lado, expressa o nascimento, no campo da arte e da cultura, de viril sentimento de oposição à ditadura e, desse modo, a esperança de ajudar a dizimá-la; por outro, expressa a desconfiança dos produtores culturais em relação à modernização de suas atividades e, portanto, da viabilidade delas no futuro, o que levou a trocar a cultura pela atividade política (Franco, 1998, p. 56).*

O lançamento dos dois romances rendeu destaque também na *Revista Civilização Brasileira*. No primeiro semestre de 1967, logo depois da posse do marechal Costa e Silva, que substituiu Castelo Branco na presidência da república, o nº 13 da RCB (publicada em maio daquele ano) trouxe um artigo de Paulo Francis em que analisava *Pessach: a travessia*, de Cony. Francis, ao lembrar-se do percurso literário e ideológico do romancista, frisava que “o intelectual brasileiro assumiu uma posição de certo destaque depois de 1º de abril de 1964 [...]”. Foi uma

das raras forças de elite a não se dobrar ao militarismo” (Francis, 1967, p. 182), e, nesse caso, Cony era um destes intelectuais que desde cedo teve sua imagem literária associada à resistência contra o golpe militar, pois, continua Francis, “foi nesse período que Cony entra na arena com a força de um miúra”.

Paulo Francis era conhecido também pelo modo polemista por meio do qual interpretava as ações das esquerdas de então. Amigo de Ênio Silveira, Francis tinha uma posição identificada com os trotskistas, que, por sua vez, tinham divergências políticas e ideológicas em relação aos militantes do PCB na década de 1960. E um ponto observado e acentuado por Francis sobre *Pessach, a travessia* foi o modo como a individualidade do protagonista (Paulo Simões) determina a condução do enredo. Segundo Francis, foi uma perspicácia de Cony em traçar dessa maneira o perfil do intelectual de esquerda que vivia sob uma ditadura militar. Escrevia Francis:

*Pessach: a travessia descreve a personalidade do Intelectual de Esquerda. É um livro muito pessoal, marcado pela obsessão do autor com acontecimentos físicos [...]. A maioria [da intelectualidade de esquerda] evita o dilema de maneira menos dramática. Assina um manifesto aqui, outro acolá, vocifera contra o fascismo entre um chope e outro, faz má literatura sobre a proeza dos pobres, ou passa a descobrir virtudes sociológicas nos sambas de Zé Ketti e Chico Buarque de Hollanda. [...]. Esse mundinho frívolo e melodramático está fixado no romance de Cony. [...] Mas Cony estabelece a absoluta incompatibilidade do intelectual com as linhas mestras da sociedade brasileira, pois seu individualismo continua intransigente (Francis, 1967, p. 180-181).*

Quanto ao enredo e ao personagem central que “descreve a personalidade do intelectual de esquerda”, há outras implicações para Francis que demonstram tais impasses e dilemas vividos por este intelectual. Continua Francis:

*Diante da solução revolucionária que lhe é proposta [...] o protagonista manifesta um tédio cético, fundado não só em razões de temperamento como na descrença da viabilidade dos esquemas em ação da esquerda local. O protagonista de Pessach: a travessia entra na guerrilha. Em momento algum abdica da dúvida crítica dos líderes do movimento ou do resultado deste. Mas ganha vida nova, individualmente. [...] Não é um ideólogo, capaz de crer em canaãs. Basta-lhe o sentimento de revolta. Falava em termos gerais, que Cony converte numa opção pessoal, sem ilusões ou messianismo de qualquer espécie. É nesse paradoxo*

*que se sustenta o romance. [...] O autor usou o ethos da esquerda como metáfora do subdesenvolvimento, da nossa insatisfação cultural, que se estende à individualidade de cada um (Francis, 1967, p. 180-181).*

A leitura que Paulo Francis fez de *Pessach: a travessia* é interessante de ser observada do ponto de vista dos conflitos intelectuais existentes entre as *formações culturais* de esquerda. Muito embora Francis não fosse militante, sua intervenção revela sintomaticamente o modo pelo qual se desdobravam as tensões, as disputas que configuram o campo de influência dos intelectuais naquele momento. E, no caso de Cony, o peso da individualidade é ainda mais evidente, pois ele se projeta (representa-se) nas caracterizações do seu personagem Paulo Simões; traços de uma escrita que consagra a si e ao seu autor na reivindicação da independência, da autonomia do indivíduo frente às ideologias em jogo no interior dos grupos políticos.

Antípoda dessa perspectiva, também posta em realce nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*, foi a publicação de um artigo de Ferreira Gullar intitulado *Quarup ou ensaio da deseducação para brasileiro virar gente*. Embora a perspectiva de Callado ou a leitura de Gullar expressa neste artigo evoquem a “concretude dos fatos” pelo peso de seu realismo – que de alguma forma também é reivindicado no romance de Cony por Francis –, há uma disputa entre representações no sentido de revelar as condições e problemas enfrentados pela intelectualidade que, direta ou indiretamente, esteve engajada e comprometida com as mudanças da realidade brasileira na década de 1960. É com este objetivo que Gullar afirmava no seu artigo que *Quarup* era uma “obra de tão ampla significação que abordá-la como estilo ou gênero é apenas roçar-lhe a superfície” (Gullar, 1967, p. 251).

O artigo de Gullar ao resenhar *Quarup*, diferentemente das posições tomadas por Francis ao se referir a *Pessach: a travessia*, procura dar voz à pesquisa que Callado desenrola em seu romance sobre as faces do engajamento político, num processo que o próprio Gullar denominou no seu artigo de desalienação do homem ou “reintegração do intelectual brasileiro” na busca de uma centralidade. Aliás, essa é a tese primordial sustentada por Gullar na apreciação do romance de Callado: padre Nando representaria o percurso da intelectualidade em busca da centralidade – perdida pelas disputas políticas ou pela repressão militar – necessária para a constituição de um projeto de identidade para a nação brasileira. Segundo Gullar,

*Pode-se discutir se o único caminho da reintegração do intelectual brasileiro é o seguido finalmente pelo padre Nando e mesmo se a melhor maneira de lutar contra a opressão é essa a que ele adere. O fundamental*



*é a afirmação, implícita no romance, de que é preciso “deseducar-se”, livrar-se das concepções idealistas, alheias à realidade nacional, para poder encontrar-se. Os personagens deste livro são pessoas, com seus sonhos, suas frustrações, sua necessidade de realização pessoal. Mas, dentro do mundo que o romance define, a realização deságua no coletivo. Não se trata de apagar-se na massa, mas de entender que o seu destino está ligado a ela, de encontrar um “centro” (Gullar, 1967, p. 256).*

Outro ponto a ser observado nessa passagem do artigo de Gullar é o modo como este concebe a “necessidade de realização pessoal”, isto é, a individualidade do sujeito que se volta para a busca coletiva das transformações. Esse problema, caro aos artistas e intelectuais imersos nas contradições inerentes à sua inserção comercial num mercado de bens culturais, sobretudo pelo aspecto do engajamento e da construção de um imaginário de resistência fomentado pelo consumo do ideário de esquerda, aparece também na análise de Gullar sobre o romance de Callado. Entretanto, esse dilema se resolve na medida em que esses problemas são entendidos como momentos de uma transição que aponta para uma nova configuração da realidade nacional. Já que o romance, segundo Gullar, evoca o abandono das ilusões e apela para a proposição do realismo e a concretude dos fatos (concretude diversa da reivindicada por Francis), essa mesma concretude dará os rumos e o sentido para se obter ou pelo menos esboçar a centralidade que Callado reivindica. Conforme Gullar,

*Quarup é um romance realista. Certamente de um realismo novo, que decorre do propósito de Callado de traçar um painel da realidade nacional a partir do “centro” do país e não de sua periferia industrializada. Romance realista porque a ação dos personagens se desenvolve num quadro social e histórico objetivo e se modifica em função dos fatores concretos. Não se trata, porém, de um realismo que apenas constata a vida como ela é mas que, como queria Checov, indaga a vida como ela deve ser. E indaga no quadro específico da realidade cultural brasileira. Eis por que este é, sem dúvida, um romance brasileiro, uma criação autônoma de nossa cultura – fruto legítimo do secular processo antropofágico de nossa formação (Gullar, 1967, p. 257-258).*

As duas leituras, consideradas no contexto específico em que foram forjadas e confrontadas, revelam ao mesmo tempo a particularidade desta conjuntura de debates sobre as perspectivas da realidade nacional e a gestação de novos entendimentos que serviriam de orientação às gerações seguintes de autores, críticos e

intelectuais. Estes “ensaios” promovidos no interior de uma publicação como foi a *Revista Civilização Brasileira*, de certa maneira, também auxiliaram na consolidação de um público que se confrontava com novos problemas culturais, à medida que o regime militar recrudescia a repressão e a indústria cultural sofisticava e diversificava a circulação de seus produtos.

A inserção de novos temas, a emergência de novos embates e a visibilidade pública das disputas intelectuais cada vez mais se intensificaram e deixaram o isolamento dos grupos e das *formações culturais* que os geravam. Isto significa dizer, por exemplo, nas palavras de Luiz Renato Vieira,

*que o artista, o escritor e o intelectual brasileiro de diversas áreas têm no público em geral um amplo espaço de consagração não incompatível com suas pretensões de vinculação às formas mais “elevadas” de cultura, desde que seja capaz de convertê-las em objeto de consumo digerível pelas camadas sociais menos intelectualizadas. De resto, esse desenvolvimento de uma nova linguagem, adequada aos meios que surgem, apresenta-se como imperativo do próprio processo do já referido crescimento de um mercado cultural de massa (Vieira, 1998, p. 137).*

Nesse sentido, é importante observar que a ambivalência, já referida anteriormente como uma hipótese para se compreender essa mesma inserção dos intelectuais no mercado, está presente nas obras produzidas por eles próprios, nas suas memórias, nos seus depoimentos, nos registros autobiográficos, etc. E essa ambivalência é representada não somente pelas impressões de cada um dos intelectuais no momento dessa inserção, mas também pela maneira como essa memória e essas impressões constituíram um *ethos* de uma época e uma *weltanschauung* daquelas experiências – fatores que, por exemplo, foram fundamentais para a formação do mercado editorial na década de 1970 sobre a memória de ex-militantes (in Silva, 2006).

Essa memória, de certo modo, constituiu inúmeras narrativas sobre outros tantos eventos importantes, como foi o caso do movimento estudantil. Dentre eles, um fato marcou o árduo processo de resistência estudantil que já vinha lentamente se organizando desde o advento do golpe militar em 1964. A morte do estudante Edson Luis, em 28 de março de 1968, durante uma invasão policial no restaurante estudantil Calabouço (Rio de Janeiro), fez eclodir uma forte resistência dos estudantes ao regime militar. As rebeliões estudantis foram também analisadas na *Revista Civilização Brasileira*, e no seu número 19-20 publicou-se um conjunto de artigos sobre a situação das manifestações no Brasil e no exterior.

Neste número, que circulou entre maio e agosto de 1968, ou seja, após os eventos revolucionários de Paris, publicaram-se 24 artigos, dos quais 12 eram de análise sobre as revoltas estudantis. No entanto, pouco antes, em setembro de 1967, Leandro Konder havia publicado um artigo sobre a questão dos intelectuais e a juventude e que antecipava um balanço dos acontecimentos que se confirmariam alguns meses depois. O artigo, intitulado *A rebeldia, os intelectuais e a juventude*, publicado na *Revista Civilização Brasileira* de número 15, iniciava com uma constatação direta, ainda que patente para aquela geração:

*Hoje em dia se reconhece, em geral, que a produção artística significativa de nosso século se fez em oposição à sociedade. [...] São cada vez mais raros e mais inexpressivos os apologistas do status quo. O mal-estar e o espírito de negação se acham generalizados. E, mais do que em qualquer época [...], a cultura vive atualmente sob o signo da rebeldia (Konder, 1967, p. 135).*

O que chama atenção no artigo de Konder é o modo como ele procurou dar conta das dimensões políticas da rebeldia e da ação revolucionária. Leva em conta o fenômeno da inserção dos estudantes no debate político e o papel do intelectual em fornecer os instrumentais necessários para essa luta; isso, para que o jovem pudesse exercer a resistência consciente através de sua ação e não simplesmente estagnar permanentemente no estágio da rebeldia, que, segundo Konder, não possuía legitimidade política alguma. Como ele mesmo descreve na sequência de sua argumentação, a rebeldia “como afirmação individual humana, como reivindicação de responsabilidade individual, é uma reação contra qualquer coletivo humano” (Konder, 1967, p. 136).

Percebe-se que a intenção de Konder era estimular o debate em torno da questão da coletividade, que, ao mesmo tempo, colocava a ideia de projeto e até de centralidade, já discutida, por exemplo, por Ferreira Gullar, em artigo anteriormente publicado – sobre o *Quarup*, de Antonio Callado. Sua linha de argumentação seguia nesse sentido até como meio de afirmar que o comportamento unicamente rebelde enfrentava problemas inerentes ao processo social mais amplo. Segundo Konder, o comportamento rebelde ou “se aprofunda em termos coerentes (se torna *revolucionário*), ou se descaracteriza, se dilui, se deixa neutralizar e se reduz praticamente à inocuidade”. E sobre essa necessidade de articulação das individualida-

des em favor de uma ação coletiva de organização política, o autor descreve que

*quando, porém, a negação da sociedade constituída se aprofunda, quando o rebelde (percebendo as limitações da sua ação individual enquanto indivíduo isolado) se articula com um movimento **social** capaz de promover, na prática, a reestruturação da ordem vigente, então os beneficiários desta ordem mobilizam seus agentes para combatê-lo e, eventualmente, podem até pô-lo na cadeia ou liquidá-lo (Konder, 1967, p. 137).*

É nesse ponto que Konder entra no mérito da função social dos intelectuais – uma preocupação que afligia não somente o autor, mas todo o conjunto da intelectualidade de esquerda que se via num processo complexo de organização das *formações culturais* de oposição e a sua inserção no espaço público ou no mercado. Konder, nesse caso, não se preocupava com essa inserção, mas com a maneira pela qual os intelectuais deveriam contribuir para a orientação (como agentes de uma vanguarda revolucionária) daqueles que, na segunda metade da década de 1960, promoviam mudanças significativas nas estruturas políticas e culturais da sociedade brasileira, a saber, os estudantes<sup>4</sup>. Prosseguia Konder afirmando que,

*na consideração da evolução social e dos problemas humanos em geral como fatos culturais, isto é, na consideração das questões históricas em sua feição teoricamente mais elaborada, os intelectuais têm uma **função social** que, nas condições da vida moderna, é em princípio tão **necessária** como o trabalho do proletariado industrial (Konder, 1967, p. 139).*

A partir da constatação do fato de os intelectuais não possuírem *uma* única visão de mundo consolidada de forma doutrinária (como elemento de autorrepresentação), resultava na capacidade de apreender coerentemente outras visões de mundo que definiam tanto a burguesia urbana, quanto o proletariado e mesmo as sociedades rurais. Ao fazer esse exercício, segundo Konder, o intelectual poderia reconhecer as contradições sociais que compunham essas visões e propor orientações para a solução de diferentes impasses resultantes dessas contradições. Se esse exercício não fosse realizado, o intelectual simplesmente estaria fadado ao comportamento rebelde que apenas nega a realidade, pois, demonstrando apenas inconformidade,

<sup>4</sup> Uma discussão mais pormenorizada pode ser realizada em torno da formação e dos itinerários de intelectuais tradicionalmente ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), na década de 1960. Em especial, a presença de Leandro Konder nesses debates revela, por sua vez, a sistematização do pensamento e da leitura que então se fazia da obra de Georg Lukács (1885-1971) no Brasil. Nesse sentido, a análise do chamado “Comitê Cultural” do PCB pode revelar a dinâmica dos debates entre os intelectuais comunistas e o processo de ocupação dos espaços culturais no decorrer das décadas de 1960 e 1970. Outros detalhes, consultar Konder, 2008.

não consegue sugerir possibilidades de superação desse estado *romântico*.

É exatamente na colocação desses argumentos que Konder cita, na discussão elaborada em seu artigo, outro intelectual com o qual sempre manteve estreita relação de embates: Paulo Francis. Mais que isso: Konder considerava as posições de Francis, sobretudo a partir da leitura que este fez do romance *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony – que, de certa maneira, também se torna objeto de análise e crítica de Konder em seu artigo. Escreve, referindo-se a Paulo Francis, que “mesmo nas formas de maior combatividade que a rebeldia pode assumir – e independente da honradez subjetiva do intelectual rebelde – não é raro que sobrevivam em suas posições elementos de eficácia revolucionária mais que problemática” (Konder, 1967, p. 140).

É sabido que Leandro Konder e Paulo Francis sempre foram caracterizados por impasses de ordem ideológica. Eram amigos, mas mantinham uma disputa intelectual que, segundo lembra o próprio Konder, remontava ao jornal *Reunião* em 1965<sup>5</sup>. Ele, pois, descreve Francis como “combativo articulista político que tem defendido posições resolutamente progressistas [...]”. À sua pena se devem tiradas magníficas contra a ditadura do marechal Castelo Branco. [...] No entanto, às vezes o crítico se apegava a formulações inaceitáveis” (Konder, 1967, p. 140). Mais adiante, Konder chega ao ponto central da questão ao discutir a relação entre rebeldia, intelectualidade e juventude. Embora ele tome como objeto de análise o próprio Carlos Heitor Cony, a intenção de Konder é contrapor-se à leitura demasiadamente entusiasmada que Francis fez de *Pessach: a travessia*, no artigo publicado na *Revista Civilização Brasileira*, número 13. Escreve:

*Outro exemplo, o romancista Carlos Heitor Cony. Quando em 1º de abril de 1964 [...], os audaciosos artigos publicados por Cony conferiram a seu nome uma dimensão histórica, tornaram-no símbolo do inconformismo da intelectualidade, dos estudantes, dos trabalhadores, do povo brasileiro em geral. Até então, Cony era avesso à atividade política: publicara diversos romances amargos contra a estrutura imbecilizante da família burguesa, desmascarando a hipocrisia e os preconceitos, mas abstinha-se de dar feição sociopolítica à sua rejeição das instituições vigentes. A luta contra a ditadura de Castelo Branco mudou a vida de Cony. Depois de ter se empenhado na luta política como jornalista, ele resolveu empenhar-se também como romancista, e publicou o romance *Pessach, a travessia* (Konder, 1967, p. 140-141).*

O modo como Konder descreve o processo de afirmação de Cony tem a ver, obviamente, com a afirmação política e ideológica do autor de *Pessach, a travessia* no âmbito das lutas intelectuais na década de 1960 (Napolitano, 2011). No entanto, essa afirmação, mais que simplesmente política e ideológica – pois o próprio Cony sempre afirmou que não desejava manter filiação partidária ou atuar na militância política –, é de natureza mercadológica e publicitária, já que as obras se inseriram num circuito de consumo que alimentava uma demanda por esse tipo de postura (a do autor engajado ou preocupado com a “realidade nacional”). Noutras palavras, o problema levantado pela obra de Cony, pelos seus posicionamentos, estava no modo como ele soube aproveitar – ou como o mercado editorial, por sua vez, também soube capitalizar – a emergência de um vocabulário a partir do qual o autor obteve notoriedade editorial e não ideológica ou política, pois foi seu público que fez dele um autor de resistência.

Apesar da dureza das palavras de Konder dirigidas a Francis e, por sua vez, Cony, conclui o artigo demonstrando que

*[...] o romancista Carlos Heitor Cony e o crítico Paulo Francis são batalhadores da cultura brasileira, rebeldes dignos da nossa viva simpatia e do nosso maior respeito. [...] Minha admiração e minha estima pessoal por estes intelectuais nada têm de incompatível com a crítica que lhes faço; pelo contrário, elas exigem que eu a faça. [...] O importante é que dialoguemos, que procuremos nos esclarecer mutuamente. Nas condições em que vivemos e trabalhamos, no interior de uma sociedade dividida em classes, e ainda por cima, explorados pelo imperialismo, somos, intelectuais, enredados por toda sorte de mistificações ideológicas. [...] Somos obrigados, pelo aprofundamento crítico e autocrítico de nosso inconformismo, a conquistar paulatinamente a compreensão efetivamente adequada às necessidades do processo histórico. [...] E nossa tarefa, como intelectuais, é a de tentar comunicar aos moços [os estudantes], tão esclarecida quanto nos for possível, a visão do mundo capaz de proporcionar-lhes o mais consequente dos comportamentos revolucionários (Konder, 1967, p. 144).*

A questão dos estudantes esteve presente na pauta de discussão destes intelectuais até dezembro de 1968, quando a promulgação do AI-5 levou a novas desarticulações das esquerdas e das oposições. Se antes as dificuldades já eram imensas em função da repressão, após dezembro de 1968 as articulações que visavam à oposição ao regime militar ficariam ainda mais comprometidas.

<sup>5</sup> Em entrevista concedida ao autor, em 23 de maio de 2006.

Sem mencionar que garantias individuais foram suspensas e muitos tiveram que se evadir do Brasil e procurar asilo político em outros países. No caso da editora Civilização Brasileira e, mais especificamente, de Ênio Silveira, este permaneceu no país durante toda a vigência da ditadura, tendo sido preso no final do ano de 1968 e solto apenas em janeiro de 1969. Mas a editora continuou suas atividades sob a direção de Ênio e, na medida do possível, procurou sempre dar voz a uma oposição que já era feita desde antes do golpe, em 1964.

A editora serviu, nesse sentido, como um grande laboratório de novas formas de oposição que se transmutariam por toda a década de 1970. A incitação dos debates nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*, a publicação de seus títulos inovadores e sua convicta linha editorial promoveram uma grande articulação de autores, críticos, poetas, cineastas, romancistas, etc. durante a década de 1960. Sua participação no cenário cultural e político daquele momento se deu, justamente, pelo fato de promover o contato entre diversas tendências políticas e ideológicas e, de certa forma, concretizar os propósitos de um fórum de debates ecumênico, livre de sectarismos.

## Referências

- CZAJKA, R. 2010. Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural. *Revista Sociologia e Política*, **18**(35):95-117. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000100007>
- FRANCIS, P. 1967. A travessia de Cony. *Revista Civilização Brasileira*, **13**:180-182.
- FRANCO, R. 1998. *Itinerário político do romance brasileiro pós-64: A Festa*. São Paulo, Edunesp, 294 p.
- GULLAR, F. 1967. Quarup ou o ensaio de deseducação para brasileiro virar gente. *Revista Civilização Brasileira*, **15**:251-253.
- HALLEWELL, L. 1985. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 693 p.
- KONDER, L. 1967. Rebeldia, intelectuais e juventude. *Revista Civilização Brasileira*, **15**:140-144.
- KONDER, L. 2008. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 262 p.
- NAPOLITANO, M. 2011. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. São Paulo, SP. Tese de Livre-docência. Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, 374 p.
- ORTIZ, R. 1988. *Moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 223 p.
- RIDENTI, M. 2000. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 458 p.
- SCHWARZ, R. 1978. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 147 p.
- SILVA, M.A.M. 2006. *Prelúdios e noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 280 p.
- VIEIRA, L.R. 1998. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, Thesaurus, 206 p.
- WILLIAMS, R. 1992. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 239 p.

Submetido: 23/05/2014

Aceito: 15/08/2014

Rodrigo Czajka  
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília  
Departamento de Sociologia e Antropologia  
Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Cidade Universitária,  
17525-900,  
Marília, SP, Brasil